



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17955 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

Educação Infantil em Feira de Santana-BA: vozes e perspectivas das crianças e mulheres Quilombolas do Quilombo de Candeal II

Marcela Prest - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Marlene Oliveira dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq-UFBA

---

## **EDUCAÇÃO INFANTIL EM FEIRA DE SANTANA-BA: vozes e perspectivas das crianças e mulheres Quilombolas do Quilombo de Candeal II**

---

### **1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa de mestrado, ainda em fase inicial, tem como objetivo compreender de que maneira as crianças Quilombolas e suas mães, matriculadas na Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, percebem a política municipal de Educação Infantil em Feira de Santana-BA, a partir do Programa Proinfância. O presente trabalho se aproxima de uma revisão de literatura para sustentar e fundamentar teoricamente esse caminhar, visto que é de extrema relevância conhecer as pesquisas e práticas pedagógicas realizadas a partir das crianças e infâncias negras que nos permita refletir, propor e trazer para perto os diversos desafios na construção de uma educação antirracista, partindo das especificidades desses sujeitos.

Para isso, ancorou-se, do ponto de vista teórico, em estudos da Sociologia das Infâncias (SI) para compreender a diferença entre criança e infância, e dentro disso evidenciar as crianças e as infâncias negras, no bojo da formulação de

políticas públicas para a primeira etapa da Educação Básica. Resgatando às contribuições de Fernandes (1944) e Bicudo (1955), sociólogos negros brasileiros, que pensaram e teceram reflexões sobre/com as infâncias negras, inclusive bem antes das produções reconhecidas como: as francesas, inglesas e norte americanas. Esses autores são precursores desse debate, mas as suas pesquisas foram apagadas e não reconhecidas ao longo do tempo no país e campo, tanto da sociologia como da educação, deixando de se atribuir o devido valor àqueles(as) estudiosos/as que vieram antes de nós, como defende o Movimento Negro.

Além deles, pretende-se, a partir dos estudos de Nunes (2015) e de Santos (2024) contribuir com a *“possibilidade de desembranquecer a SI”*, como afirma Santos (2024) em sua tese, porém pretendo dar um passo a mais colaborando para enegrecer (Carneiro, 2003) a SI, mirando o adultocentrismo (Faria e Santiago, 2015) e a colonialidade (Quijano, 2000) como dimensões da modernidade, que hierarquizam as relações criança-adulto e criança-sociedade, e o racismo como estruturantes das relações sociais dentro e fora do espaço escolar. Considerando que os sujeitos da pesquisa são crianças quilombolas e suas mães, logo uma comunidade negra, pensar esse estudo a partir das diversas identidades, como território, gênero, raça, classe social e elementos culturais (Gomes, 2023) é imprescindível na perspectiva de superar o racismo e, conseqüentemente, produzir uma contribuição para a educação e melhoramento das políticas públicas para as infâncias e as crianças negras.

Partindo disso, é preciso refletir como o racismo estrutura a sociedade brasileira, e seus diversos impactos no desenvolvimento das crianças negras desde o início da vida, criando barreiras ao acesso a direitos sociais fundamentais, limitando as oportunidades educacionais e econômicas. Segundo Almeida (2019, p. 51), “o racismo como processo histórico e político, cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”. Ele ainda afirma que como o racismo está imbricado na ordem social, que a forma de combatê-lo é construindo práticas antirracistas, nos diversos espaços da sociedade, entre ele nas creches, escolas, universidades, mas, para além disso, nos espaços institucionais, culturais, para que o conjunto da sociedade possa pensar e refletir sobre essa estrutura que envolve toda uma coletividade. O que possibilita às crianças negras vivência plena no processo de desenvolvimento e para as crianças brancas, a construção de ferramentas que as façam refletir e pensar sua vivência partindo de perspectiva diferente da branquitude normativa

como afirma Damião; Dias e Reis (2020).

Por isso, é preciso compreender que as pessoas negras, maioria da população brasileira, e ainda de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2020, do IBGE, as mulheres negras constituem o grupo populacional mais pobre do Brasil, o que afeta diretamente as crianças negras, o que torna fundamental, avaliar e propor políticas públicas que incida diretamente na garantia da vida e de direitos desses grupos sociais se mostra como extremamente necessário as pesquisas acadêmicas. Ainda, apenas 26% das crianças negras de até três anos entre as famílias mais pobres estão matriculadas em creches no país. Por isso, enfrentar o racismo é urgente e deve ser uma prioridade desde a primeira infância, a discriminação racial sistemática e os estereótipos raciais são violências que impedem crianças negras de serem simplesmente crianças (Gonçalves e Silva, 2008).

O racismo impacta o desenvolvimento infantil, silencia as crianças negras, e já com as crianças brancas, por sua vez, suas subjetividades são moldadas desde do início da vida escolar em uma visão de vantagem e superioridade, sendo privadas da oportunidade de aprender e se relacionar com a diversidade humana, se isso não estiver presente no currículo, na prática pedagógica, no projeto político e pedagógico da escola. (Cavalleiro, 2001). Na educação infantil, além da garantia de acesso e permanência nas escolas, é fundamental promover o desenvolvimento integral, com educadores preparados e infraestrutura adequada, tendo as leis n. 11.645/2008 e n. 10.639/2003, que tornam obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira, como referenciais para educar para as relações étnico-raciais. Abramowicz (2018) diz que a infância resgata um passado que, ao nascer, deixa na história de um gênero, de uma raça, de uma sexualidade, uma classe social, e principiando da nossa prática, essas crianças se constroem com uma força própria, constituindo quem são.

Além das crianças negras, essa pesquisa vai dialogar com as mulheres negras, mães dessas crianças, por isso o feminismo negro é uma das lentes necessárias para compreender esses objetivos, visto que ele se constitui advindo da luta das mulheres negras (Gonzalez, 2020) e é fundamental para construir uma epistemologia contra-hegemônica. Dentro dessa discussão, é urgente resgatar a articulação do debate de gênero, raça, classe e poder que Gonzalez (1988) nos apresenta, mostrando como se dá esse sistema de exclusão e discriminação, no

qual as mulheres negras, seja no Brasil ou no conjunto da América Latina, são subordinadas, com o objetivo de desmontar essa estrutura de dominação que existe na sociedade. Ela ainda destaca que toda essa articulação instalada nas estruturas de poder, definindo o lugar social dos sujeitos, especialmente das mulheres, faz com que as mulheres racializadas "sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente" (Gonzalez, 1988, p.138), demonstrando como o racismo e o sexismo podem produzir diferentes formas de violência e de negação de direitos sobre os corpos e as vidas das mulheres negras e dos seus filhos e filhas.

Partindo desses sujeitos e protagonistas dessa pesquisa é preciso pensar uma metodologia que rompa com a lógica de hierarquização dos saberes, que tenha a escuta como elemento fundante desse processo. Para isso, com as crianças será adotado o Mosaico de Clark et al. (2008), podendo ser narrativas orais, montagem de blocos, e outras, e, com as mulheres mães, as Rodas de Conversa (Serpa, 2010). Esse processo teórico-metodológico pretende romper com a lógica da hierarquização dos saberes, a partir da escuta ativa das crianças e suas mães, de quem sente e vivencia na pele as políticas para educação infantil em Feira de Santana-BA.

## **2 Desenvolvimento**

As concepções de crianças e infâncias, a partir da SI, refletindo a partir do adultocentrismo e da modernidade, é uma escolha no sentido de compreender como as dinâmicas sociais foram se construindo nas relações com as crianças e suas infâncias, até chegar na concepção epistemológica que se tem hoje no campo da sociologia e da educação.

Apresentar algumas concepções diferentes e até divergentes em relação à concepção de criança e infância, se faz necessário para garantir o aprofundamento e a compreensão sobre as infâncias e as crianças do nosso país. Para isso pensar raça (Munanga, 2015) relacionando com a SI nas pesquisas com/sobre crianças é fundamental, já que temos infâncias diversas, que se relacionam com o mundo de formas diferentes e que podem contribuir para a forma com que a sociedade vê as crianças. Como esta pesquisa pretende ouvir crianças e mulheres quilombolas, estabelecer a relação entre a SI, dialogar sobre raça e gênero é de grande contribuição para o estudo.

Segundo Nunes (2015), afirmar que a infância negra historicamente aparece nas pesquisas como um lugar de fala, de carência, de estar à margem, constrói uma narrativa dessa imagem de infância incompleta. Por isso, ela ainda afirma que se temos a diferença como parte da existência da infância, estudar raça e gênero é fundamental para compreender a realidade das infâncias no Brasil e no mundo que possui suas especificidades, para contribuir na superação das desigualdades, que afetam a forma, o modo e pleito que olhamos para as crianças, é preciso pensar infâncias negras como uma categoria social (Damião, Dias e Reis, 2020) .

Nesse sentido, romper com essa forma que a modernidade e a colonialidade trouxeram consigo, essa lógica adultocêntrica que redefiniu as relações entre adultos e crianças, e entre crianças e a sociedade é fundamental. Grosfoguel (2012) afirma que o adultocentrismo é um preconceito amplamente aceito na sociedade contemporânea, que valoriza as crianças apenas pelo seu potencial de se tornarem adultas no futuro, ignorando a singularidade da infância. Essa visão transforma a infância em uma mera fase de transição, focada em aprender a se integrar à sociedade. As hierarquias etárias estabelecem uma relação de poder em que os adultos dominam as crianças, desqualificando seu conhecimento, língua e cultura, em um processo que pode ser comparado ao colonialismo, entendido como uma relação de dominação política, econômica, epistemológica e linguística, além de uma dominação cultural e estrutural étnico-racial.

Ainda de acordo com Santiago e De Faria (2015), a infância, nessa perspectiva adultocêntrica, é um momento de transição, de adquirir os códigos sociais e simbólicos, sendo a criança esse ser menor, inferior em relação a esse grupo social dominante, que são os adultos. E, para Qvortrup (2011), esse lugar de ser criança é para todas elas que vivenciam uma infância ocidental, partindo do conceito estrutural como de classe, partindo da caracterização que a infância está organizada e ocupa um lugar em relação a esse grupo dominante que é menor, que é abaixo.

Nesse novo paradigma, a criança é negada como sujeito, seu momento de vida desvalorizado como um tempo de escuta e de presente, por conta dessa modernidade se consolidou uma perspectiva social onde essa concepção é dominada pela visão e necessidades dos adultos, obscurecendo e desvalorizando a vivência infantil. Essa concepção foi abordada em 1940, quando, Florestan Fernandes, ao investigar os processos de socialização das crianças no Bom Retiro,

esclarece os fundamentos sociais para a formação do que ele denominaria de cultura infantil, dentro do conceito de infância e um pouco antes por Marcel Mauss, em 1937, que apresentou uma ideia similar em seu texto "Três observações sobre a sociologia da infância", que ele expôs no Congresso de Sociologia da Infância (Abramowicz, 2018).

A modernidade e a colonialidade transformaram as concepções e as relações sociais envolvendo crianças, a partir de uma lógica que desconsidera a criança enquanto sujeito pleno e significativo, para viver, pensar e construir a sociedade no presente. E, quando pensamos nas crianças negras aquelas que fomos e as que vivem hoje, essa desumanização é ainda mais acentuada, refletindo a visão colonial de que a população negra nunca possuiu humanidade nessa perspectiva moderna e colonialista, assim as crianças negras são desconsideradas como sujeitos não dignos nem de humanidade.

Este modelo de produção do conhecimento colonialista define o que é válido e o que não é, conforme o conceito de centro/periferia, baseado na colonização da América Latina e intelectuais latino-americanos, como Lugones (2008), discutiram a colonialidade do poder, saber, ser e gênero para evidenciar que o pensamento latino-americano ainda é colonizado, apesar da emancipação política e territorial há séculos. A disputa epistemológica envolve o desenvolvimento de mecanismos de opressão e dominação sobre corpos marginalizados, com a raça como elemento central. As crianças negras, especialmente as brasileiras, vivenciam essa colonização, sendo relegadas a posições subalternas e até invisibilizadas, encaixadas no "outro" ocultado pela modernidade. Para romper com essa perspectiva, é essencial repensar as concepções de infância e criança a partir de uma lógica que rompa não apenas com o adultocentrismo, mas descolonize essas infâncias (Nunes, 2017).

Essa nova lógica deve reconhecer a criança não como um futuro adulto em formação, mas como um ser pleno, do presente, do agora. A infância não deve ser vista apenas como uma fase de preparação para a vida adulta, um mero receptáculo de conhecimentos, mas sim como um momento de potência, criatividade e inventividade. As crianças devem ser valorizadas por sua capacidade de elaborar suas próprias experiências e vivências na sociedade. Ao abandonar a visão adultocêntrica e colonialista, podemos começar a ver as infâncias e as crianças como sujeitos potentes do presente, reconhecendo sua contribuição e

valor intrínseco na sociedade atual.

A infância, como algo genérico, e como qualquer outra fase da vida, tem esse significado em função das transformações sociais, das modificações que a sociedade sofreu ao longo período de modernização e isso foi se formulando a partir dos sistemas classes de idade, associado a um sistema de status e papel. Digo isso, pois a concepção de infância é vista como uma fase da vida, e a criança como um sujeito, mas essa leitura nem sempre foi assim, na idade média, por exemplo, a criança era entendida como um adulto em miniatura, e nos dias atuais, é reconhecida como um sujeito de direitos. São categorias que se constituíram ao longo da história e por perspectivas diferentes, inclusive as formuladas nos dias de hoje.

Por essa razão, é preciso refletir: por que as pesquisas sobre relações raciais não olham para as crianças e infâncias? Por que as pesquisas sobre as infâncias e as crianças não olham para as crianças e infâncias negras? Por isso, pensar a sociologia das infâncias no Brasil, a partir do conceito de raça como formulou e elaborou o Movimento Negro Brasileiro é imprescindível para pensar as crianças e as infâncias negras no país, independente do campo de pesquisa e epistemológico. As pesquisadoras que têm sistematizado sobre SI no Brasil são Quinteiro (2002) e Abramowicz (2018), que, além de traçar o percurso desse campo de estudo de acordo com Santos (2024), as pesquisadoras e pesquisadores negros têm tido suas produções invisibilizadas, ocultando as crianças e infâncias negras a partir do “manto da desigualdade social, nomeando-as como carentes, desvalidas e pobres” (p.105). Em uma pesquisa, que relacionamos educação e SI, esse diálogo se torna ainda mais necessário para se pensar a realidade social das crianças negras e compreender que os estudos a partir da ótica das crianças não podem deixar a inter/transdisciplinaridade de fora (Nunes, 2017).

### **3 Considerações finais**

Diante disso, precisamos afirmar que as crianças e as infâncias são parte integrante da sociedade, com suas diversas identidades, como raça, gênero, classe, território e seus elementos culturais (Gomes, 2023). A demarcação racial, de gênero e classe é essencial por conta dos sujeitos, os protagonistas dessa pesquisa: as crianças quilombolas, logo crianças negras e as suas mães, mulheres negras. É preciso deixar evidente que serão as crianças negras e quilombolas, como uma das formas de de enfrentar o racismo que estrutura as relações sociais,

além de ser uma forma de contribuir para a produção educacional a partir de uma perspectiva que rompe com leitura de sociedade patriarcal, adultocêntrica, racista, classista e sexista, buscando a construção de práticas pedagógicas, de um fazer docente, e de uma construção e melhoramento das políticas públicas para as infâncias antirracista.

Por isso, trazer a escuta das crianças e suas mães para o centro da pesquisa é um desafio, porém uma ferramenta que busca construir a partir dos sujeitos que sentem na pele a negação do direito à educação historicamente. Se pensarmos que a própria etimologia da palavra Infância, é aquele que não tem voz, pensando nas crianças negras desde o período colonial não são vista como sujeitos, logo não têm direitos, esse processo de horizontal e participação delas nesse processo provoca a necessidade de se ter no campo dos estudos da sociologia da infância a necessidade não apenas da centralidade deles na pesquisa, como `a de enegrecer.

Ao abordar as questões referentes às políticas públicas de Educação Infantil em Feira de Santana, a pesquisa destaca as limitações e desafios que ainda precisam ser superados para assegurar um acesso mais igualitário e justo à educação. A crítica dessas políticas, a partir da perspectiva das infâncias e da educação antirracista, não só revela as barreiras persistentes, mas também sublinha a urgência se pensar de forma adequada as particularidades e necessidades das crianças negras e quilombolas e suas mães no acesso e na garantia do direito à educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças e Mulheres Negras; Política Municipal de Educação Infantil; Quilombo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. **Contemporânea**, v. 8, n. 2, p. 371-383, 201.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas**. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco, 1955. p. 227-310.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CLARK, A. Ways of seeing: using the mosaic approach to listen to young children's perspectives. In CLARK, A. KJØRHOLT, A. MOSS, P. **Beyond Listening**. Bristol: The Policy Press, 2010.

CORSARO, William. **A sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.



FERNANDES, Florestan. As “trocinhas” do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 43, jan./abr. 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GOMES, Nilma Lino; DE ARAÚJO, Marlene. **Infâncias negras: Vivências e lutas por uma vida justa**. Editora Vozes, 2023.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. "Sociologia da Infância, Raça e Etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras." **Revista Eletrônica de Educação** 9.2 (2015): 413-440.

SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 13, p. 72-85, 2015.

SANTOS, Marta Alencar dos. *Pequenas Mahins: culturas infantis das meninas negras na Escola Comunitária Luiza Mahin em Salvador, Bahia*. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2024.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MARCHI, Rita de Cássia. **Radicalização da infância na segunda modernidade**: para uma Sociologia da Infância crítica. Configurações, Minho, n. 4, p. 91-113, 2008.

SERPA, Monise Gomes. "Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas." **Psicologia & Sociedade**, 22, 2010, p. 14-22.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

QUIJANO, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp. 201-245.